

Despacho (extracto) n.º 12530/2008

Nos termos dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro e do artigo 21.º n.º 1, da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, o Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., tendo em conta as competências do Departamento de Gestão Orçamental previstas no artigo 6.º, dos Estatutos do IGFJI, I. P., aprovados pela Portaria n.º 519/2007, de 30 de Abril, delibera delegar na Directora do Departamento de Gestão Orçamental, Lic. Maria Isabel Éloi Aleluia Carrasco, a competência para a prática dos actos abrangidos por este despacho e que seguidamente se enumeram:

1 — Aprovar as alterações orçamentais, de funcionamento, entre rubricas do mesmo agrupamento e actividade, até ao limite de 100.000 €;

2 — Aprovar as alterações orçamentais, de PIDDAC, entre rubricas do mesmo projecto, até ao limite de 100.000 €;

3 — Assinar a correspondência ou expediente necessários à instrução dos respectivos processos, no âmbito das atribuições do Departamento de Gestão Orçamental.

Ficam por este meio ratificados todos os actos praticados pela Lic. Maria Isabel Éloi Aleluia Carrasco, incluídos no âmbito da presente delegação de competências, desde o dia 20 de Dezembro de 2007.

14 de Abril de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Castro*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 12531/2008

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de Maria Manuela da Costa Martinho Araújo, técnica profissional especialista, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para exercer funções de apoio administrativo no meu gabinete.

2 — A destacada auferirá a remuneração correspondente a 1 520€, auferindo pelo serviço de origem a remuneração mensal que lhe é devida em razão da respectiva categoria, sendo a diferença suportada por verbas do meu gabinete.

3 — O presente despacho produz efeitos a 7 de Abril de 2008.

7 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Despacho n.º 12532/2008

Considerando que os cargos de direcção intermédia do 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Estudos Jurídicos da Direcção de Serviços de Ordenamento do Território e Cidades da DGOTDU, aberto pelo Aviso n.º 17409/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 177, de 13 de Setembro, se encontra concluído, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais;

Considerando que o Juri do procedimento concursal me propôs que a licenciada Anabela Costa Nunes do Coito fosse nomeada para o cargo de Chefe de Divisão de Estudos Jurídicos, por ter o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, conforme resultou da aplicação dos métodos de selecção e dos critérios de apreciação e ponderação fixados para o procedimento concursal, nos quais obteve elevada classificação, demonstrando grande competência técnica e muito boa aptidão profissional e pessoal para o cargo;

Considerando que a licenciada Anabela Costa Nunes do Coito reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Nos termos do disposto nos números 8 e 10 do artigo 21.º do diploma acima citado, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão de Estudos Jurídicos da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a licenciada Anabela Costa Nunes do Coito, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da DGOTDU.

23 de Abril de 2008. — O Director-Geral, *Vitor Campos*.

Nota curricular da nomeada

I — Dados biográficos

Nome: Anabela Costa Nunes do Coito
Naturalidade: São Cristóvão e São Lourenço — Lisboa
Data de Nascimento: 15 de Setembro de 1967
Nacionalidade — Portuguesa

II — Habilitações académicas

Licenciatura em Direito — Universidade Autónoma “Luís de Camões” (1990)

Pós-Graduação em “Legística e Ciência da Legislação” (1.º Curso) — Instituto de Ciências Jurídico — Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (de 12/3 a 21/5/2004).

Pós-Graduação em Estudos Europeus (13.º Curso) — Universidade Católica (1992/1993).

III — Carreira profissional:

Técnica Superior Principal — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (desde 3/12/2004).

Técnica Superior de 1.ª Classe — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (de 22/12/1999 a 3/12/2004).

Adjunta do Secretário de Estado da Administração Local — Secretaria de Estado da Administração Local do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (de 13/12/1999 a 5/4/2002).

Técnica Superior de 2.ª Classe — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (de 16/4/1996 a 22/12/1999).

Consultadoria Jurídica em regime de avença — DECO — Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores (de 13/3/1995 a 30/11/2000).

Exercício de advocacia em regime de profissão liberal na comarca de Lisboa (de 1990 a 1996).

Formadora Certificada — Instituto do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (desde 23/7/2007).

IV — Actividades profissionais relevantes:

Intervenção nos seminários “Alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial” — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (13, 16 e 21/11/2007).

Participação na preparação e intervenção nos seminários sobre “Regulamentos Administrativos dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (28/4/2004, 19/5/2004 e 3/6/2004).

Participação na preparação e intervenção nos seminários sobre “Tramitação de Planos Municipais de Ordenamento do Território e Medidas Preventivas: aspectos técnicos e jurídicos dos processos de elaboração, alteração, revisão e suspensão” — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (28/10/2004 e 24/2/2005).

Co-autora da publicação “Servidões e Restrições de Utilidade pública”, volume 9, da Coleção Informação da DGOTDU — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Janeiro de 2006). Co-autora da publicação “Guia das Operações de Loteamento”, volume 7, da Coleção Informação da DGOTDU — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Maio de 2003).

Despacho n.º 12533/2008

Considerando que os cargos de direcção intermédia do 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Ordenamento do Território e Cidades da DGOTDU,

aberto pelo Aviso n.º 17409/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 13 de Setembro, se encontra concluído, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais;

Considerando que o Júri do procedimento concursal me propôs que a licenciada Maria Isabel Gomes de Sousa Lobo fosse nomeada para o cargo de Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, por ter o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, conforme resultou da aplicação dos métodos de selecção e dos critérios de apreciação e ponderação fixados para o procedimento concursal, nos quais obteve elevada classificação, demonstrando grande competência técnica e muito boa aptidão profissional e pessoal para o cargo;

Considerando que a licenciada Maria Isabel Gomes de Sousa Lobo reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Nos termos do disposto nos números 8 e 10 do artigo 21.º do diploma acima citado, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão de Ordenamento do Território da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a licenciada Maria Isabel Gomes de Sousa Lobo, assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da DGOTDU.

23 de Abril de 2008. — O Director-Geral, *Vitor Campos*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome — Maria Isabel Gomes de Sousa Lobo.
Local e data de nascimento — Alhandra, 12 de Outubro de 1949.
Nacionalidade — Portuguesa.

II — Habilitações académicas:

Doutoramento de 3.º Ciclo, Universidade de Ciências Sociais de Grenoble, em «Ordenamento do Território — Urbanismo» (1982).

Diplôme d'Études Approfondies (DEA), obtido na «Unité d'Enseignement et Recherche» (UER) «Urbanisation — Aménagement» da mesma Universidade (1978/79).

Frequência do curso de pós-graduação em Planeamento Regional e Urbano da Universidade Técnica de Lisboa (1975/1976).

Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (actual Instituto Superior de Economia e Gestão), 1974.

III — Actividade docente:

Professora auxiliar convidada da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente (1986-2006). Leccionou na licenciatura em “Engenharia do Ambiente” e a na pós-graduação e mestrado em “Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental”. Orientou teses de mestrado e integrou vários júris.

IV — Carreira profissional:

Iniciou a carreira profissional no Ministério da Educação (1973-1982), tendo posteriormente exercido funções no Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais do Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento (1982-1986, técnica superior de 1ª classe), no Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (1986-1993, técnica superior principal) e na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (1993-2008, como técnica superior principal, assessora e assessora principal). Exerceu funções em comissão de serviço na qualidade de:

Coordenadora Nacional do PROSIURB — Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução de Planos Directores Municipais. (1996-2000);

Directora Regional do Departamento de Prospectiva e Planeamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. (2001-2005).

Despacho n.º 12534/2008

Considerando que os cargos de direcção intermédia do 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Política de Cidades da Direcção de Serviços de Ordenamento do Território e Cidades da DGOTDU, aberto pelo Aviso n.º 17409/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177,

de 13 de Setembro, se encontra concluído, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais;

Considerando que o Júri do procedimento concursal me propôs que a licenciada Maria Isabel Veiga Simão Fernandes fosse nomeada para o cargo de Chefe de Divisão de Política de Cidades, por ter o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, conforme resultou da aplicação dos métodos de selecção e dos critérios de apreciação e ponderação fixados para o procedimento concursal, nos quais obteve elevada classificação, demonstrando grande competência técnica e muito boa aptidão profissional e pessoal para o cargo;

Considerando que a licenciada Maria Isabel Veiga Simão Fernandes reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Nos termos do disposto nos números 8 e 10 do artigo 21.º do diploma acima citado, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão de Política de Cidades da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a licenciada Maria Isabel Veiga Simão Fernandes, assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da DGOTDU.

23 de Abril de 2008. — O Director-Geral, *Vitor Campos*.

Nota curricular

I — Dados biográficos:

Nome — Maria Isabel Veiga Simão Fernandes.
Data de nascimento — 9 de Dezembro de 1953.
Bilhete de identidade — n.º 7374585 de 11/06/2007.
Nacionalidade — Portuguesa.

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Civil (Ramo de Urbanização e Transportes), pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, concluída no ano lectivo de 1977/1978.

III — Formação profissional:

Jornadas de Direito do Urbanismo e da Construção; SIG-Geomedia Fundamentals; Análise de Dados com o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences); Sistemas de Execução de Planos e Perequação; AUTOCAD em 2D; POCP — Plano Oficial de Contabilidade Pública e CIBE — Cadastro e Inventário de Bens do Estado; Avaliação de Empresas e Negócios; Avaliação de Imóveis; Instrumentos de Planeamento — Oportunidades e Condicionantes do Ambiente; Cálculo Automático no Projecto Mecânico e Estrutural — Programação e Métodos Numéricos Aplicados à Engenharia.

IV — Carreira profissional:

Técnica Superior Assessora Principal — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2007-2008).

Chefe da Divisão de Administração e Ordenamento — Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2005-2007 e 1995/1999).

Técnica Superior na Divisão Técnica de Obras e Avaliações — Direcção-Geral do Património/Ministério das Finanças (1999/2005 e 1993/1995).

Técnica Superior na Direcção de Serviços de Matadouros — IROMA/ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários (1991/1992 e 1979/1987).

Técnica Superior na Direcção de Serviços de Instalações — Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (1987/1991).

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral de Energia e Geologia

Despacho n.º 12535/2008

Ao abrigo do artigo 5.º do Anexo II da Portaria n.º 362/2000, de 20 de Junho, alterada pela Portaria n.º 690/2001, de 10 de Julho, e Portaria n.º 1358/2003 de 13 de Dezembro, conjugado com a alínea k) do despacho do Director-Geral de Energia e Geologia n.º 20 600/2007 (2.ª série), de 2 de Agosto, publicado no *Diário da República* n.º 173, de 7 de Setembro, reconheço a Iberinsp — Inspeções Técnicas, L.ª, com sede na Praça Comandante José Braz, n.º 10-2.º Dt.º, Cova da Piedade, Almada, como entidade inspectora das redes e ramais de distribuição e instalações de gás, que, por não estar ainda acreditada pelo Sistema Português da Qualidade, fica, nos termos e condições do n.º 3 do artigo 4.º do referido Anexo, provisoriamente inscrita no cadastro próprio da Direcção-Geral de Energia e Geologia pelo prazo de um ano.

31 de Março de 2008. — O Subdirector-Geral, *Bento de Morais Sarmento*.